



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Daniela Reinehr – PL/SC

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

Requer informações ao Ministério da Fazenda sobre a discrepância entre os dados da Receita Federal (RF) e estudo realizado pela consultoria Tendências, que apontam valores divergentes em relação aos gastos do governo com o PERSE.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja solicitado ao Ministério da Fazenda informações sobre a discrepância entre os dados da Receita Federal (RF) e estudo realizado pela consultoria Tendências, que apontam valores divergentes em relação aos gastos do governo com o PERSE.

Diante disso, solicito que sejam prestadas as seguintes informações:

1. Quais os valores efetivamente desembolsados pelo governo no âmbito do PERSE desde a sua criação até a sua suspensão?
2. Quais foram os critérios utilizados pela Receita Federal para encerrar o PERSE antes do esgotamento do teto previsto em lei?
3. Por que as projeções utilizadas para embasar a decisão de encerramento do PERSE não foram divulgadas previamente e detalhadas tecnicamente?
4. Houve consulta prévia ao Parlamento ou a outros órgãos de controle antes da decisão de encerrar o PERSE? Em caso negativo, qual a justificativa?



5. Considerando as divergências apontadas pelo estudo da consultoria Tendências, qual é a posição do Ministério da Fazenda sobre essas discrepâncias nos dados e quais providências serão tomadas para saná-las?

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tem por objetivo esclarecer a discrepância entre os dados apresentados pela Receita Federal e os resultados do estudo realizado pela consultoria Tendências, que apontam valores divergentes em relação aos gastos do governo com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

A Receita Federal não cumpriu o acordo previsto na legislação que rege o PERSE, uma vez que procedeu ao encerramento do programa com base em projeções e não no consumo efetivo do teto estabelecido, conforme determina a lei. Ademais, essas projeções não foram publicadas com os detalhes técnicos necessários, tampouco foram compartilhadas com o Parlamento, o que agrava a violação do princípio da legalidade e compromete o controle social e legislativo sobre a política pública em questão.

Portanto, este requerimento visa garantir transparência, fiscalização e a correta aplicação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada DANIELA REINEHR

